

Educar para a democracia: projetos de educação popular como alternativa

José Antonio Boareto¹

RESUMO: Considerando o método ver-julgar-agir, apresentamos um olhar sobre a atual realidade política brasileira a partir da conceituação de necropolítica do filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe, como apresentou o CONIC no texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021. Em seguida, buscamos oferecer uma reflexão sobre a relação entre política e educação a partir de algumas discussões propostas pelo educador brasileiro Paulo Freire no que diz respeito às tarefas do educador e da instituição educativa, os quais não podem permanecer na neutralidade e devem se esforçar para serem progressistas dentro da ótica freireana. Também procuramos demonstrar que projetos de educação popular como prática política podem ocorrer a partir da escola pública como um centro aberto à comunidade, aos movimentos populares, sociais e eclesiais, favorecendo, assim, uma maior participação e promovendo uma cultura de solidariedade responsável.

Palavras-chaves: Política. Educação. Necropolítica. Democracia. Solidariedade.

RESUMEN: Considerando el método ver-juzgar-actuar, presentamos una mirada a la realidad política brasileña actual a partir de la conceptualización de la necropolítica del filósofo camerunés Joseph-Achille Mbembe, tal como la presenta el CONIC en el texto base de la Campaña Ecuménica de Fraternidad 2021. Buscan ofrecer una reflexión sobre la relación entre política y educación a partir de algunas discusiones propuestas por el educador brasileño Paulo Freire en torno al quehacer del educador y de la institución educativa, que no puede quedarse neutral y debe esforzarse por ser progresista dentro de la perspectiva freireana. También buscamos demostrar que los proyectos de educación popular como práctica política pueden darse desde la escuela

la pública como centro abierto a la comunidad, a los movimientos populares, sociales y eclesiales, favoreciendo así una mayor participación y promoviendo una cultura de solidaridad responsable.

Palabras clave: Política. Educación. Necropolítica. Democracia. Solidaridad.

Introdução

A pedagogia crítica de Paulo Freire², universalmente conhecido por sua didática apresentada na obra “Pedagogia do Oprimido”, é uma proposta de educação a partir da crença de que o educando assimila o objeto do estudo fazendo uso da dialética com a realidade, em contraposição a uma educação bancária³. Este método foi assumido pelos movimentos sociais e eclesiais da América Latina e hoje é o modo como compreendemos o que seja “fazer” educação em nosso continente. Apesar da origem do método ver-julgar-agir ser do âmbito eclesial católico (Ação Católica) e ainda considerado o método indutivo da Doutrina Social da Igreja, é popularmente conhecido como “método de Paulo Freire”.

Este reconhecimento dá-se justamente por causa da identificação de sua pedagogia com a dialética da realidade. Entretanto, o real é maior que a ideia, como ensina o Papa Francisco, e, por isso, queremos, através deste trabalho, demonstrar a importância que a elaboração de projetos de educação popular pode ter enquanto prática política. Pretendemos oferecer uma leitura interdisciplinar considerando o diálogo com

² Educador e filósofo brasileiro, considerado um notável pensador da pedagogia mundial, influenciou o movimento chamado pedagogia crítica. É o patrono da educação brasileira. Nasceu no Recife, em Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, e faleceu em São Paulo em 2 de maio de 1997.

³ Educação bancária é a perspectiva de que o educador deposita conhecimento no aluno até ele enriquecer-se. É o método tradicional da educação brasileira. Não considera o aluno enquanto “ativo” no processo educativo, isto é, não pondera que o educando também, por estar inserido numa realidade concreta, pode problematizá-la.

¹ Doutor em ciências da religião; professor da PUC-Campinas.

os outros saberes e utilizando o método ver-julgar-agir. Primeiramente, iremos VER a realidade atual de ameaça à democracia em que vive o Estado brasileiro. Para isso, partiremos da reflexão que fez o CONIC⁴ em 2021 ao apresentar o Brasil como um Estado que vive numa necropolítica e ao considerar as diversas formas de manifestação em prol da democracia que sinalizam os desafios do momento atual. Em seguida, no JULGAR, pretendemos dialogar com as perspectivas propostas por Paulo Freire em suas reflexões sobre Política e Educação: questões de nossa época, entre elas a importância de refletir sobre as tarefas do educador e da instituição educativa. Por fim, no AGIR, buscaremos demonstrar a importância e urgência de elaborar projetos de educação popular.

1 VER: O Estado brasileiro vivendo numa necropolítica

Ao dialogar com os outros saberes, começamos pelo texto-base da Campanha da Fraternidade Ecu-mênica⁵ de 2021. A reflexão proposta pelas igrejas cristãs ofereceu uma leitura daquele momento que permanece atual, pois considerou a situação da pandemia global e, ao mesmo tempo, analisou o contexto social brasileiro. Também é importante considerar os atos que demonstram a urgência do momento atual enquanto risco à democracia, em particular, o ato inter-religioso em homenagem a Bruno Pereira e Dom Phillips, promovido pelo Regional Sul 1 da CNBB na Catedral da Sé, e o ato do 11 de agosto de 2022, organizado pela Faculdade de Direito da USP, que lançou a “Carta aos brasileiros”, um manifesto a favor do Estado de Direito ameaçado.

A Campanha da Fraternidade Ecu-mênica acontece de cinco em cinco anos e, no ano passado, trouxe como tema “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” e o lema “Cristo é nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade” (Ef 2,14). O texto-base que serviu para ajudar os cristãos e outras pessoas de boa vontade a refletirem sobre a temática proposta foi organizado a partir da pedagogia crítica, isto é, do método ver-jul-

gar-agir, acrescentando o “celebrar”. A partir de uma releitura da passagem dos discípulos de Emaús, a didática utilizada foi das “paradas”, e o VER foi a “primeira parada”. Lemos no texto-base: “Primeira parada: ‘o VER’ - um convite para conversar sobre os acontecimentos mais recentes que marcam nossa história e observar se as alternativas e saídas que identificamos são opções coerentes com a Boa Nova do Evangelho” (CONIC, 2021, p. 14).

O texto-base traz uma leitura da situação vivenciada pelo país diante da emergência da pandemia global da Covid-19 e afirma que as vidas interrompidas não podem ser apenas compreendidas como meras estatísticas: cada uma delas representa ausência, saudade, interrupção de planos e projetos. O CONIC afirmou que a pandemia revelou nossa fragilidade, nossa vulnerabilidade e o nosso potencial autodestrutivo, e apresentou suas impressões que chamaram a atenção a partir desta experiência (CONIC, 2021, p. 16).

Chamaram a atenção para o surgimento de discursos religiosos que associavam o fim da pandemia ao fim do mundo e à volta de Jesus, e para as igrejas que reivindicaram o direito de permanecer abertas, realizando suas celebrações e causando, assim, contaminações e mortes. O *lobby religioso* conseguiu incluir as atividades religiosas como “atividades essenciais” para poder abrir seus templos e celebrações. Discursos negacionistas sobre a realidade e letalidade da Covid-19 foram recorrentes, assim como a negação da ciência e do papel de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Teorias conspiratórias de que a Covid-19 fora desenvolvida em laboratórios da China foram disseminadas. No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades e a estratificação racial, econômica e social (CONIC, 2021, p. 17-18).

A partir destas constatações, o CONIC quis, justamente, com esta Campanha da Fraternidade Ecu-mênica, demonstrar a urgência de repensar nossos relacionamentos, afinal, mesmo diante das mortes provocadas pela pandemia, parte da sociedade seguiu manifestando seu racismo, seu ódio aos pobres e seu egoísmo. O Estado seguiu capturado pelo mercado. Os bancos foram os grandes receptores da ajuda do Estado, enquanto à população em vulnerabilidade econômica restou a Renda Básica Emergencial, graças à mobilização da sociedade civil organizada. (CONIC, 2021, p. 19).

4 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Atualmente, são membros as igrejas: Aliança de Batistas do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e Igreja Presbiteriana Unida.

5 A Campanha da Fraternidade é realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a cada cinco anos de forma ecumênica envolvendo a participação de outras denominações religiosas. Oficialmente ela foi lançada como campanha nacional em 1962, mas realizada pela primeira vez na Quaresma de 1964.

O texto-base traz um panorama do contexto socio-político vivido pelo Brasil desde 2016, demonstrando o aprofundamento de tensões e conflitos advindos desde 2016:

O Brasil vive uma efervescência de novos movimentos sociais com ressonâncias políticas. Eles são reflexos de um contexto de crises e colapsos de sistemas econômicos que requerem transformações nos mais diferentes modos de relações sociais e econômicas que ocorrem tanto em nível nacional quanto global. Desde a CFE 2016, o país vem enfrentando momentos de tensões e conflitos. No ano de 2016, o processo eleitoral foi conturbado e questionado. Em seguida, o país se dividiu sobre a legitimidade ou não do processo de impedimento de mandato presidencial. Aprofundaram-se os acirramentos de disputas partidárias e os desentendimentos entre lideranças políticas e também religiosas, que tinham leituras diferentes da realidade. Junto com tudo isso, vieram reformas impopulares e controversas, entre elas, a reforma Trabalhista, a da seguridade social e a Lei do Teto de Gastos, que afeta diretamente os investimentos públicos necessários para efeito de justiça social, em especial na educação e na saúde. Houve aumento de desemprego e da pobreza, aprofundando as desigualdades, a fragilização das relações e das condições de trabalho e o agravamento de conflitos entre grupos políticos, movimentos sociais e religiosos e organizações da sociedade civil. Proliferou o uso indevido das redes sociais com a difusão de *fake news* (notícias falsas) e de discursos de ódio. A sociedade brasileira vive momentos difíceis por causa dos muitos muros construídos: do racismo, das desigualdades econômicas, da dificuldade de conviver com opiniões diferentes, de desrespeito e ataque às instituições. (CONIC, 2021, p. 20-21).

Ao apresentar esta situação-limite da realidade social brasileira, o texto-base oferece uma conceitualização que colabora com uma interpretação deste contexto, e é no pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe que encontra esta “chave de leitura” – o sistema de “necropolítica”:

Esse sistema de segregação e descarte de pessoas consideradas empecilhos e inúteis permanece ainda hoje. O camaronês Achille Mbembe, chama esse sistema de “necropolítica”, trata-se de uma política

em que o Estado se julga soberano para escolher quem morre e quem vive. Na lógica da necropolítica, a humanidade do outro é negada. São estimuladas políticas de inimizade. A violência praticada pelo Estado é legitimada e justificada. No caso brasileiro, sinais da necropolítica são perceptíveis em setores da segurança pública que é altamente repressiva e violenta contra pessoas negras e pobres. Da mesma forma, pode-se ver a necropolítica na não regulação dos territórios indígenas, ou quando o governo brasileiro não adota políticas efetivas no combate à Covid-19. A necropolítica se volta contra as maiorias falsamente consideradas minorias: juventude negra, mulheres, povos tradicionais, imigrantes, grupos LGBTQI+, todas e todos que, por causa de preconceito e intolerância, são classificados como não cidadãos e, portanto, inimigos do sistema. (CONIC, 2021, p. 26).

Na necropolítica que vive o Estado brasileiro agravou-se a xenofobia, e essa violência foi demonstrada pelo descaso do Governo com as comunidades indígenas em relação à emergência da pandemia da Covid-19. A Articulação Brasileira dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) denunciou a subnotificação dos dados relacionados à contaminação pela Covid-19 nas populações indígenas. No dia 4 de julho de 2020, havia 11.270 casos confirmados entre povos indígenas, sendo que 418 indígenas morreram. O CONIC também afirma que o “mito da democracia racial” caiu por terra e que o racismo é um dos elementos estruturantes da sociedade brasileira, o que fica evidente ao observarmos a população carcerária, majoritariamente negra. Lemos no texto-base:

A população encarcerada apresenta um nítido perfil socioeconômico que denuncia a prática de violação dos direitos básicos à expressão da vida em sua integralidade. Em pesquisa realizada pelo CNJ no ano de 2018, do total populacional, à época, cerca de 54,96% foram classificados como pretos ou pardos, enquanto 42,03% foram identificadas como pessoas brancas. Quanto à faixa etária das pessoas privadas de liberdade no país, 30,52% têm entre 18 e 24 anos e 23,39% entre 25 e 29 anos de idade, demonstrando que mais da metade da população carcerária registrada é jovem. Sobre a escolaridade, 2,51% foram classificadas como não alfabetizadas, 24,04% com ensino fundamental incompleto e 52,27% com ensino fundamental completo. Apenas 0,83% alcançaram o ensino

superior completo. É de se evidenciar que 78,82% da população carcerária sequer alcançou o ensino médio. Esses dados atestam, claramente, o direcionamento seletivo e racista do sistema penal e a decomposição da gestão pública e do trato com a situação dos excluídos da sociedade. (CONIC, 2021, p. 33-35).

Esta realidade revela o contexto fundamentalista e de extremismo em que o País está mergulhado. Tal contexto também se faz sentir em relação à situação religiosa desses povos, os quais precisam diariamente identificar estratégias para viver a sua tradição religiosa. A perseguição a estes povos é a perpetuação do racismo disfarçado de intolerância religiosa. Diante desta realidade de necropolítica do Estado brasileiro que “fabrica” o ódio nacional e mesmo internacional⁶, faz-se necessário reconhecer o esforço que vem sendo feito por parte da sociedade civil em construir pontes e fortalecer territórios diante de tantos muros levantados, e a importância da luta pela vida contra uma cultura de morte brutal que se impõe a partir do Estado, cujo sistema democrático está sendo permanentemente ameaçado.

2 Atos que inspiram perspectivas de vida diante da necropolítica do Estado brasileiro: ampliando o olhar sobre a realidade: esperar!

Expressão da necropolítica do Estado brasileiro foram as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. No dia 15 de junho de 2022, a Polícia Federal encontrou os corpos deles. O local onde os restos mortais foram encontrados foi indicado pelo pescador Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como “Pelado”, o qual confessou envolvimento no crime. Oliveira estava detido desde 7 de junho, quando foi encontrado portando armas e munição. Seu irmão, Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como Dos Santos, também participou do assassinato e está preso. A suspeita é que o crime esteja associado à atividade de pesca ilegal que ocorre na região, ligada ao narcotráfico e que coloca em risco comunidades indígenas.

⁶ Para Juan José Tamayo, é preciso considerar que o ódio internacional se organiza como uma internacional cristo-fascista através de uma aliança coordenada entre grupos coletivos, não de modo estrito – o que seria sério demais –, mas é possível observar que suas ideologias, práticas, discursos e estratégias são idênticos tanto nos grupos de extrema direita política como nos movimentos cristãos integralistas. Para ele, o ódio não é algo natural e inevitável, mas sim “fabricado”, algo que se incuba e se programa, e se fomenta por meio de múltiplos mecanismos, até o ponto que chega a ser normalizado (CÚNEO, 2021).

Pereira já havia denunciado a atividade criminosa em outras ocasiões (MONTE, 2022).

Dados reunidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que, de 2009 a 2019, mais de 300 pessoas foram assassinadas no país em conflitos envolvendo demarcação de terras e recursos naturais na Amazônia. Por anos, estes números alçaram o país às primeiras posições de um ranking internacional lamentável: o de países que mais matam ativistas ambientais. Em 2019, o Brasil chegou a ocupar o terceiro lugar do levantamento feito pela Global Witness, com 24 mortes, atrás apenas da Colômbia (64) e Filipinas (43) (ILHÉU, 2022).

Para Sarah Shenker, responsável pelas campanhas da ONG britânica de proteção aos povos indígenas *Survival International*, o crescimento de conflitos envolvendo demarcações de terras e recursos naturais na Amazônia, que tem levado ao assassinato de indígenas e ativistas ambientais, está diretamente vinculado às ações do Governo a favor do agronegócio em detrimento das comunidades indígenas. Lemos a respeito em sua entrevista ao Jornal Nexo:

Em entrevista ao Jornal Nexo, Sarah Shenker, responsável pelas campanhas da ONG britânica de proteção aos povos indígenas *Survival International*, afirmou que “a matança é particularmente intensa em áreas onde terras de povos indígenas foram roubadas ou invadidas e eles lutam para tentar retomá-las”. Para completar, a violência se agrava à medida que os crimes contra os ambientalistas seguem impunes. Dos 300 assassinatos registrados pela CPT, apenas 14 foram levados à julgamento, indica o relatório da *Human Rights Watch*. A devastação ambiental e a violência contra quem se opõe a ela é, certamente, tão antiga quanto o próprio Brasil. Mas para especialistas em meio ambiente, é inegável que a situação agravou-se nos últimos quatro anos. “Não surpreende que no Brasil de Bolsonaro as coisas tenham ficado muito piores, com sua retórica racista e propostas de abrir territórios indígenas para o agronegócio e a mineração de larga escala”, afirma Sarah Shenker, da *Survival International*. O governo do presidente Jair Bolsonaro ficou marcado pela flexibilização de leis ambientais, pelo desmonte de órgãos como o ICMBio e por escândalos envolvendo madeireiras. O resultado se expressa em recordes de desmatamento e queimadas, além do aumento da violência contra povos indígenas e outros ativistas do meio ambiente. Dados

do Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) apontaram que os assassinatos no campo aumentaram 75% entre 2020 e 2021. Já as mortes por conflitos apresentaram um aumento de 1.100% no mesmo período, sendo a terra indígena Yanomami a mais afetada (ILHÉU, 2022).

Diante dessa tragédia envolvendo Bruno Pereira e Dom Phillips, a Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz, em parceria com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Comissão Arns de Direitos Humanos, o Instituto Vladimir Herzog e a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além das centrais sindicais, artistas e lideranças sociais, organizaram um ato inter-religioso na Catedral da Sé no dia 16 de julho de 2022 em homenagem a eles e em defesa dos povos indígenas. O ato também teve como objetivo firmar o posicionamento dos trabalhadores e trabalhadoras contra a violência política, em defesa da liberdade e da normalidade do processo eleitoral. A atividade, em tom de manifestação e indignação contra a violência política, relembrou a trajetória de Dom Paulo Evaristo Arns, reconhecido por abrir as portas da Igreja para acolher militantes perseguidos pelas forças de repressão, e de Dom Cláudio Hummes, defensor dos povos indígenas (CATEDRAL DA SÉ, 2022).

Várias lideranças indígenas, as viúvas e líderes religiosos fizeram uso da palavra, e em uníssono todos e todas pediram justiça para Bruno e Dom. O presidente do Regional Sul 1 da CNBB, Dom Pedro Luiz Stringhini, abriu o ato fazendo seu discurso. Iniciou dizendo que “A Catedral da Sé de São Paulo, mais uma vez, acolhe um culto inter-religioso em favor dos direitos humanos, da justiça e da paz”. Em sua fala, ressaltou que “No Brasil chamam a atenção e causam indignação a escalada da violência contra os povos indígenas e tradicionais, fruto do descaso oficial, e o desmonte de políticas públicas de preservação do meio ambiente, nossa casa comum” (EM ATO, 2022). Fez ainda menção à defesa da democracia neste período eleitoral:

É hora de mobilizar, se necessário indo às ruas, para defender a democracia e as eleições. Com a firmeza permanente e pela não-violência ativa, estejam unidos os movimentos populares, as igrejas e grupos religiosos, as forças políticas progressistas, enfim, toda a sociedade civil, para que a civilização vença a barbárie (EM ATO, 2022).

Mesmo à sombra de um mundo fechado e diante de tempos sombrios, não se pode deixar de esperar, por isso, convidou Dom Luiz no final do seu discurso:

O Brasil é um país de beleza e alegria, de canto e poesia, de fé e religiosidade, de trabalho e dignidade. É preciso sonhar e reconstruir nosso País, vislumbrando um horizonte mais belo e mais feliz para todos os brasileiros! Pela democracia, pela justiça social e pela paz! (EM ATO, 2022).

Beto Marubo, líder da União dos Povos Indígenas e Organização representativa da terra indígena do Vale do Javari no Amazonas (Univaja), em discurso gravado, fez o seguinte pedido à sociedade: “Eu quero, e para além desse momento, que cada um de nós possamos pensar até que ponto vamos permitir que pessoas que apenas sonham com um meio ambiente sadio, que atuavam pelos menos favorecidos, tenham um fim tão trágico” (CATEDRAL DA SÉ, 2022).

Outro ato é o do dia 11 de agosto de 2022 da Faculdade de Direito da USP, onde foi lida a “Carta aos brasileiros”. Numa entrevista ao UOL Notícias, Celso Campilongo, diretor da Faculdade de Direito da USP, conversa sobre o ato do dia 11 de agosto e afirma que inicialmente ele havia pensado que a mobilização não passaria de 200 pessoas, mas, em menos de 24 horas do lançamento do manifesto, já havia chegado a 300.000 mil assinaturas (BULLA, 2022).

O diretor inicia sua conversa dizendo que “[...] preferiria mil vezes não estar nesta situação. Acho que a democracia brasileira está em risco, sim”. Em seguida, a entrevistadora, Beatriz Bulla, do Estadão, pergunta se ele imaginava essa repercussão, e ele responde: “É acima de qualquer expectativa que eu pudesse ter”. Em seguida, a entrevistadora pergunta por que invocar a carta de 1977 e em que os dois momentos se assemelham. Diz o diretor:

Temos semelhanças e diferenças. Vou começar pelas diferenças. Em 1977, tínhamos muito medo da ditadura, de participar de atos públicos. A UNE era proibida. A peruada (festa tradicional da Faculdade de Direito) ficou proibida. As pessoas ficavam com medo de, num ato público, serem filmadas ou fotografadas e que essas imagens fossem cedidas ao Dops. Vejo que 1977 representou uma mudança de rumo na luta pela reconquista da democracia. Foi um momento de inflexão. A manifestação mais chamativa dessa mudança de rumo são as adesões do meio empresa-

rial, da FIESP, de bancos e empresários. Nisso, é muito parecido com 1977. (BULLA, 2022).

Em relação às críticas que a carta recebeu disse que “De ‘gripezinha’ à ‘cartinha’, querem diminuir o Brasil à condição de ‘paisinho’. Há dois dias, ouvimos críticas inconsistentes à carta e vemos o número de adesões crescer de forma explosiva”, e ainda reiterou: “O Brasil não aceita diminuição de sua democracia e de suas eleições” (BULLA, 2022).

A entrevistadora perguntou como ele se sentia em fazer um ato em defesa da democracia, depois de ter acompanhado a redemocratização. Campilongo respondeu:

Temos manifestações no Executivo que deixam claro porque as pessoas estão preocupadas. São falas como “não vou cumprir decisão judicial”, “esta é a última vez”, “não estique mais a corda”. São aberrações inadmissíveis. Mas partem também de grupos organizados na sociedade civil que funcionam como milícias digitais. (BULLA, 2022).

A partir de uma leitura da realidade social brasileira à luz da interpretação do conceito de necropolítica, procuramos demonstrar o desafio que se coloca para os cidadãos: o empenho em lutar pela defesa da democracia que está ameaçada, como demonstrado pelo morticínio dos povos indígenas, ativistas ambientais, e pela realidade de estratificação racial brasileira.

3 JULGAR: Política e Educação em Paulo Freire: Algumas questões de nossa época a serem consideradas nesta dialética necessária

Antes de trazer a reflexão de Paulo Freire sobre a temática da Política e Educação em algumas questões específicas que estão relacionadas diretamente ao educar para a democracia, primeiro, reconhecemos que é necessário entender o que seja a democracia e mesmo entender a atual crise em que se encontra o sistema democrático. Os cidadãos não confiam mais nos partidos e nas instituições democráticas: duvidam que estejam em condições de proteger a sua segurança e de garantir o bem-estar de todas as camadas sociais. Segundo Bartolomeo Sorge, “a democracia representativa está em crise porque depois do fim das ideologias dos séculos XIX e XX, a política perdeu hoje a sua tensão ideal e a sua inspiração ética”. Continua

ele: “Numa palavra, a política perdeu a alma; e quando uma realidade vivente perde a alma, corrompe-se. A corrupção da política está sob os olhos de todos” (SORGE, 2018, p. 57).

Toda vez que a política entra em crise, desenvolvem-se inevitavelmente duas graves patologias que podem ser mortais para a própria democracia. A primeira é a “antipolítica”. Ela se manifesta principalmente no desinteresse, no absenteísmo, até na rejeição da classe dirigente e do próprio sistema democrático. A segunda patologia é o “populismo”, que se manifesta com tendência a privilegiar a relação direta com o povo e com a rua (também com a web), relegando para segundo plano as mediações institucionais e as regras da democracia representativa, com consequências nefastas (SORGE, 2018, p. 58).

A crise atual da democracia ocorre diante de duas concepções de liberdade sobre as quais se funda o “Estado de Direito”: o neoliberalismo e o reformismo, que são dois grandes temas de fundo dos quais se deve partir para superar os resíduos ideológicos que ainda impedem a superação da crise atual da democracia representativa e a passagem para uma democracia madura, deliberativa e participativa. Liberdade e solidariedade são os pontos fundamentais sobre os quais se confrontam e se chocam os dois diferentes modelos democráticos existentes: o neoliberal (de direita) e o reformista (de esquerda) (SORGE, 2018, p. 62).

O limite da cultura política neoliberalista está em considerar que a legalidade consiste essencialmente na mera observância das regras. Ou seja, além do direito do outro e da vontade da maioria, não haveria outro limite nem presumida verdade ou norma ética transcendente que impedissem a livre autodeterminação do indivíduo. Sobre esta “filosofia” de cunho individualista radical, se apoia a prática política do neoliberalismo. A maioria pode decidir e fazer o que quiser (SORGE, 2018, p. 63).

A cultura política reformista, em segundo lugar, tem uma concepção diferente da solidariedade responsável, ou seja, da relação entre indivíduo e sociedade. Certamente a vontade da maioria deve prevalecer sobre os interesses particulares, mas a busca do bem comum não pode prescindir do diálogo e da participação responsável das minorias (SORGE, 2018, p. 64).

Bartolomeo Sorge, após apresentar os fundamentos da crise atual da democracia, oferece uma compreensão sobre a relação entre a Igreja e a democracia. Segundo ele, é importante ressaltar que a própria Igreja tem hoje outra relação e compreensão da demo-

cracia e que através da sua DSI está mais próxima das posições do reformismo, ou seja, da observância das regras sustentadas e integradas por uma solidariedade responsável: “Todos somos verdadeiramente responsáveis por todos”. Portanto, coloca-se o desafio da democracia que é conjugar solidariedade e responsabilidade no respeito pela legalidade:

De fato, a sociedade humana é uma comunidade de pessoas que estão em relação, não é – como gostaria o liberalismo – um rebanho de indivíduos anônimos um ao lado do outro, cada um deles pensando só em si mesmo. A liberdade individual tem sempre uma dimensão social. Em particular – em virtude do princípio de solidariedade responsável ou “subsidiariedade” – é importante que não seja tirado dos indivíduos o que eles podem realizar com as próprias forças; nem a instância superior deverá colocar-se no lugar da inferior nas tarefas que ele pode desempenhar: Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem da sua atividade legítima e eficaz; pelo contrário, procurem de bom grado promovê-los ordenadamente. [...] A Igreja hoje, por um lado, reconhece que a democracia é a melhor forma de governo; por outro lado, porém, insiste no fato de que o fim da democracia é o homem com a sua dignidade e com as suas liberdades pessoais e sociais. O sistema democrático é apenas um instrumento e, como tal, recebe a sua moralidade do fim ao qual serve. Consequentemente, a democracia alcançará o seu fim (que é o de garantir igual dignidade e liberdade a todos), à medida que encarnar e promover os autênticos valores humanos, pessoais e sociais. De outro modo, a democracia pode transformar-se paradoxalmente em instrumento de opressão, em totalitarismo disfarçado. (SORGE, 2018, p. 65).

Considerando que o desafio da democracia seja a solidariedade responsável, as perspectivas de Paulo Freire em suas discussões sobre Política e Educação podem “iluminar o caminho” educativo/pedagógico para favorecer uma educação para a responsabilidade que culmine numa participação comunitária tendo em vista o esforço para a formação cidadã.

Anteriormente a todo processo educativo é preciso considerar a realidade do educador e da instituição educativa. Ao reconhecer a dialética da própria realidade, percebe-se que esta também interpela o próprio

educador e a instituição educativa. O texto intitulado “Universidade Católica - reflexões em torno de suas tarefas” demonstra a importância que tem o educador/universidade de reconhecer como realiza a “travessia aqui”. Para isso, será necessário refletir sobre o conceito de História e Política e, conseqüentemente, da democracia enquanto sistema que favorece a cidadania, ou seja, a salvaguarda da dignidade humana, dos direitos humanos fundamentais, da igualdade fundamental de toda pessoa humana, do empenho pela equidade por meio da justiça social e a paz: o bem comum.

Na perspectiva de Paulo Freire, não é possível a neutralidade: ou se é progressista ou tradicionalista. Comentando sobre as tarefas da Universidade Católica, o pesquisador afirma: “não se faz pesquisa, não se faz docência como não se faz extensão como se fossem práticas neutras. Preciso saber a favor de quem e de quem, portanto contra quem e quem, pesquiso, ensino e me envolvo em atividades para além dos muros da Universidade”. Refletindo sobre a impossibilidade de neutralidade da Universidade Católica, diz: “A própria especificidade da Universidade Católica que a singulariza em face de outras universidades privadas ou públicas é trabalhada de forma diferente se o poder que a governa se orienta numa perspectiva progressista ou tradicionalista.” (FREIRE, 2001, p. 54).

O que ele denomina perspectiva progressista e tradicionalista está relacionado à tolerância, ou seja, mais tolerante, mais progressista, mais democrático; menos tolerante, mais intolerante e dogmático, mais tradicionalista. Ensina, Paulo Freire, sobre a tolerância enquanto virtude a ser cultivada na Universidade Católica:

Uma dessas virtudes a que gostaria de fazer referência agora e sem cuja efetivação a Universidade Católica progressista se perde por perder o endereço e vira então tradicionalista, reacionária, é a tolerância. É a virtude cuja prática nos ensina a conviver com o diferente, sem que isto deva significar a desistência por parte dos diferentes de continuar defendendo suas posições. A tolerância significa apenas que os diferentes têm o direito de continuar diferentes e o direito de aprender de suas diferenças. Diferenças de natureza religiosa, cultural, sexual, político-ideológica, diferenças raciais, de classe. A tolerância não pretende negar nem tampouco esconder os possíveis conflitos entre os diferentes nem por outro lado, desconhecer que há diferentes porque são antagônicos

entre si. O que a tolerância pretende é a convivência possível, respeitadas as diferenças dos que convivem. Tanto mais democrática uma universidade quanto mais tolerante, quanto mais se abre à compreensão dos diferentes, quanto mais se pode tornar objeto da compreensão dos demais. No fundo, a tolerância que deve informar as tarefas diversas da Universidade, a docência, a pesquisa, a extensão; as relações entre as faculdades, as relações entre os diferentes Departamentos e ou Programas é algo a ser perseguido por todos e todas que a entendem indispensável à vida universitária. (FREIRE, 2001, p. 54).

Paulo Freire ainda afirma que “sem a humildade, porém, a tolerância não se viabiliza”. Se por um lado tolerância e humildade andam de mão dada, por outro, o ambiente acadêmico está cheio de intolerância e arrogância, e por isso a tolerância é uma virtude a ser perseguida por todo educador/universidade. É uma “conversão” político-pedagógica a ser buscada pela universidade, entretanto, o próprio respeito à liberdade dessa busca já é um modo de viver a tolerância. Explica:

O ambiente acadêmico vive cheio de intolerância pela escassez de humildade que nos caracteriza. A inveja do brilho do outro ou da outra; o medo de perder nosso pequeno mundo de admiradores; atraídos por luz nova que possa surgir, ou o medo de não criá-lo; a insegurança em nós mesmos, tudo isso nos impermeabiliza à experiência da tolerância como da humildade. E quanto mais distantes delas ficamos tanto mais difícil se torna a sabedoria que nos deixa sempre quietos na inquietude, sempre pacientes na impaciência. É nesse sentido que uma Universidade Católica que vive e testemunhe a tolerância, não tendo por que deixar de ser católica, não precisa nem deve discriminar estudantes, professores, pesquisadores de outras profissões de fé ou indiferentes a ela. Sua abertura ao mundo é uma abertura compreensiva das diferenças religiosas, das diferentes leituras de mundo, dos diferentes gostos estéticos, das diferentes posições ideológicas. Sua abertura ao mundo é uma abertura compreensiva do progresso da ciência, que descarte o cientificismo do progresso da tecnologia, vista criticamente, nem negada como algo diabólico, nem aclamada como algo que se diviniza. Sem perder a sua especificidade, a Universidade Católica,

pós-modernamente progressista, encontra a razão de ser para as suas certezas muito mais na tolerância que a faz crescer no respeito a outras certezas do que nas posições sectárias que negam o direito aos outros de pensar diferentemente. (FREIRE, 2001, p. 55).

Ele ainda apresenta outras duas tarefas da Universidade Católica nesta perspectiva de ser mais tolerante: a curiosidade e a tarefa de desocultar verdades e sublinhar bonitezas. Diz Paulo Freire: “A curiosidade metódica, exigente, que tomando distância do seu objeto, dele se aproxima para conhecê-lo e dele falar prudentemente”, e ainda que “desocultar verdades e sublinhar bonitezas não podem ser exercícios intolerantes”. Ele continua: “não confundo, porém, respeito ao outro e à sua verdade, com conveniência com sua forma de negar a verdade. É preciso, inclusive deixar claro que o meu respeito à sua posição não significa condescendência da minha parte”. E por fim, a respeito destas tarefas, diz: “Este esforço de desocultar verdades e sublinhar bonitezas une, em lugar de afastar, como antagônicas, a formação científica com a artística. O estético, o ético, o político não podem estar ausentes nem da formação nem da prática científica.” (FREIRE, 2001, p. 56).

Estas tarefas favorecem a tolerância e levam a universidade a tornar-se mais democrática como aprendemos nesta reflexão de Paulo Freire. O que aqui se diz sobre o educador/universidade católica pode se dizer do educador popular e da educação popular: a educação deve ter como princípio primeiro o respeito à diversidade. Neste sentido, a perspectiva de Paulo Freire encontra eco hoje na proposta do Pacto Educativo Global⁷, cujo objetivo principal é promover uma educação para uma ética da alteridade em prol

7 Em 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco emite uma mensagem por ocasião do lançamento do Pacto Educativo Global. Entretanto, devido à pandemia, foi necessário adiar o evento. Em 15 de outubro de 2020, de modo remoto, ocorreu o lançamento do Pacto. Conforme lemos no próprio *Instrumentum Laboris*, compreendemos que “tal iniciativa não é uma ideia nova e repentina, mas a concretização de uma visão e de um pensamento que o Papa manifestou várias vezes em seus discursos” (FRANCISCO, 2019, p. 2). A fundamentação do Pacto são as encíclicas *Evangelii Gaudium* e *Laudato Si'*, as quais estão em sintonia com o Concílio Vaticano II e o pós-Concílio. Na perspectiva apontada pelo Papa Francisco em sermos uma “Igreja em saída”, somos convidados a uma nova posição pastoral que é feita de “primeirar”, isto é, fazer acontecer. Uma Igreja em saída é uma comunidade que se envolve. Após considerar os problemas do mundo e da cultura atual, propõe o desafio da “mística de viver juntos”, isto é, tornar essa maré um pouco caótica em uma experiência de fraternidade, numa caravana solidária (Cf. FRANCISCO, 2019, p. 2). Neste convite, está, também, o cuidado com as fragilidades do povo e do mundo, e ele não é dirigido somente aos cristãos, mas a todos os homens e todas as mulheres da terra que reconhecem que “a educação e a formação se tornam prioritárias, pois ajudam a se tornar protagonistas diretos e construtores do bem comum e da paz” (FRANCISCO, 2019, p. 2). Considerando ainda que “a educação será ineficaz e os seus esforços estereis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza” (LS, n. 215) (BOARETO, 2021).

do bem comum, compreendido na salvaguarda da dignidade humana e da natureza, entendendo-se a realidade dentro da ótica de ecologia integral, isto é, socioambiental.

4 AGIR: Projetos de educação popular como alternativa

Considerando a perspectiva freireana – quanto mais tolerante, mais democrático –, reconhecemos que a exigência de promover uma pedagogia e pedagógica da libertação é o caminho educativo a ser percorrido, fazendo-se necessário respeitar a diversidade e promover a amizade social enquanto convivência entre diferentes. É também um caminho democrático, afinal, educa para a cidadania e promove o bem comum na superação de uma realidade concreta opressora.

Enrique Dussel⁸, em sua filosofia da libertação, reflete acerca da pedagogia e da pedagógica da libertação. Para ele, a pedagogia diz respeito a processos educativos, métodos, maneiras de ensinar que visam discutir e problematizar o campo da educação na perspectiva histórica com vistas a orientar a ação educativa. A pedagógica relaciona-se com o campo da filosofia que reflete sobre a relação face a face do mestre com o discípulo, do pai com o filho. Na pedagógica política, ainda segundo Dussel, a relação ocorre entre a cultura dominante e a cultura popular, e, por isso, é importante buscar compreender os processos históricos de alienação e libertação da ontologia da totalidade europeia. O desafio pedagógico é o encobrimento do outro e de sua expressão cultural pela totalidade (TIROLI, 2021).

Uma pedagógica alicerçada na filosofia da libertação não se consolida numa relação de dominação mestre e discípulo, mas ambos são distintos na relação face a face. A alteridade deve possibilitar que o professor compreenda o aluno como outro que lhe escapa, e a proximidade permite uma abordagem de libertação e não de alienação. Para Dussel, “escutar o aluno é saber ser professor, é saber se curvar ao novo [...] tudo está em que método pedagógico se deve utilizar. Há métodos que lutam contra a totalidade pre-

tendendo instaurar uma nova dominação; há outros que negam a totalidade fechada e intentam abri-la à alteridade” (TIROLI, 2021).

Neste sentido, afirmamos que os projetos de educação popular precisam considerar o esforço por buscar a tolerância apreendida enquanto abertura à alteridade e, ao mesmo tempo, ser uma pedagogia e pedagógica da libertação, pois assim estarão a serviço da educação para a democracia. O educador deve auxiliar o educando no desvelamento da própria realidade, visto que “o ethos da libertação pedagógica exige que o mestre saiba ouvir, no silêncio e com respeito, a juventude, o povo” (DUSSEL, 1977, p. 117).

Para Paulo Freire, importante é a relação entre escola pública e educação popular, pois é preciso reconhecer que os jogos de interesses e as contradições que acontecem no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. As escolas e a prática educativa não são imunes ao que acontece na rua. Entretanto, só a escola pública progressista é capaz de considerar esta realidade, a velha escola tradicionalista e autoritária apenas considera as relações entre educadores e educandos. Freire ensina que essa nova escola está em relação com a educação popular, pois ela se compreende como espaço aberto à comunidade e não fechado em si mesmo. Explica:

Nesta altura da reflexão, me parece importante deixar claro que a educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalho o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É o que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através do rigoroso trabalho docente e não com frouxidão assistencialista, é a que capacita suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno da aquisição da linguagem, do ensino da escrita e da leitura. Formação científica e clareza política de que as educadoras e os educado-

8 Enrique Dussel nasceu no dia 24 de dezembro de 1934, filósofo argentino, expoente da filosofia da libertação e do pensamento latino-americano. Suas obras discorrem sobre temas de filosofia, política, ética e teologia. Ao elaborar sua filosofia da libertação, trabalha com conceitos-chaves de Totalidade e Exterioridade. Ele vê no pensamento de Levinas a possibilidade de pensar a filosofia da América Latina.

res precisam para superar desvios que, se não experimentados pela maioria, se acham presentes em minoria significativa. Como, por exemplo, a ilusão de que os índices de reprovação revelam uma certa rigidez necessária ao educador; como, por exemplo, vaticinar nos primeiros dias de aula, que estes ou aqueles alunos serão reprovados, como se os professores devem ser videntes também. (FREIRE, 2001, p. 49).

A escola pública que se relaciona com a educação popular é aquela que se aproxima da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares com os quais aprende, para a eles poder ensinar também. É a que compreende a escola como um centro aberto à comunidade. É a que supera preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substancialidade democrática. E as relações entre educadores e educandos vão além numa postura crítica à tradicional escola velha e à natureza autoritária e exploradora do capitalismo. Assim, a educação realiza-se como prática eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso a escola transforma-se em sindicato ou partido (FREIRE, 2001, p. 49).

Diante da situação de necropolítica que vive o Estado brasileiro, é urgente recuperar a escola pública como espaço aberto à comunidade e aos movimentos populares para que possam, num processo de educação libertadora, promover uma prática educativa eminentemente política, necessariamente democrática. É preciso elaborar projetos de educação popular com o apoio da escola pública, fortalecendo redes nos mais diversos territórios onde estão localizadas as escolas públicas, junto à comunidade, aos movimentos populares, sociais e eclesiais, em prol da democracia enquanto favorecedora de uma cultura da solidariedade responsável que expresse uma participação mais madura. Elaborar projetos a partir das necessidades da comunidade, como alfabetização de adultos e conscientização dos direitos humanos fundamentais e a importância de reivindicá-los. Uma educação a serviço da transformação social.

Conclusão

Nosso intuito, com este artigo, foi refletir acerca da perspectiva freireana de política e educação. Se a democracia é o esforço por uma solidariedade respon-

sável de todos, então, reconhecemos a importância de compreender que o educador e a instituição educativa precisam se posicionar diante da realidade, e ela coloca para nós uma escolha: incluir ou excluir? Tolerar ou intolerar? Transformar ou ficar inerte? Não é possível permanecer na neutralidade, pois o que move a educação é o compromisso pela solidariedade. Paulo Freire nos desafia, nestes tempos de *fake news*, a sair do palavrório e assumir o compromisso.

Assim, ensina ele: “O compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos” (FREIRE, 2018, p. 22). E este compromisso é sempre assumido com outros que são solidários. A escola enquanto um centro aberto à comunidade pode tornar-se eminentemente política, sobretudo, através de novos projetos nascidos de uma pedagogia crítica.

Em tempos tão sombrios e de emergência de um novo pacto educativo global que promove uma ética da alteridade e um convite a uma educação autêntica, inspiremo-nos no ensinamento do educador Paulo Freire, pedagogo da amorosidade, o qual nos ensina que não há educação autêntica sem o compromisso amoroso assumido com a transformação radical de uma realidade concreta opressora.

O amor é uma tarefa do sujeito. É falso dizer que o amor não espera retribuições. O amor é uma comunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Cada um tem o outro como sujeito de seu amor. Não se trata de apropriar-se do outro. Nesta sociedade há uma ânsia de impor-se aos demais numa espécie de chantagem de amor. Isto é uma distorção do amor. Quem ama o faz amando os defeitos e as qualidades do ser amado. Ama-se na medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais. Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama. (FREIRE, 2018, p. 26).

REFERÊNCIAS

BOARETO, José Antonio. Os desafios do pacto educativo global no ensino superior. In: **Revista de Pastoral da Anec**, Brasília, ano VI, n. 12/2021, p. 23-39. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/11/2021_11_09_anec_revista_da_pastoral_edicao3-2021.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

BULLA, Beatriz. Carta pela democracia é “ponto de inflexão” como em 1977, diz organizador. **Estadão**. São Paulo, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/07/29/democracia-esta-em-risco-e-carta-e-mudanca-de-rumo-afirma-celso-campilongo.htm>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CATEDRAL da Sé reúne lideranças em ato inter-religioso por Bruno Pereira e Dom Phillips, e pela defesa dos povos indígenas. **Cultura Uol**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenario/2022/07/16/198431_catedral-da-se-reune-liderancas-em-ato-inter-religioso-por-bruno-pereira-e-dom-phillips-e-pela-defesa-dos-povos-indigenas.html. Acesso em: 29 jul. 2022.

CONIC - CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Texto-base da campanha da fraternidade ecumênica 2021**. Brasília: Edições CNBB, 2020. 80p.

CÚNEO, Martin. **O ódio não é algo natural e inevitável**. São Leopoldo, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606751-o-odio-nao-e-algo-natural-e-inevitavel-entrevista-com-juan-jose-tamayo>. Acesso em: 01 ago. 2022.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação na América Latina**. Coleção Reflexão latino-americana. São Paulo: Loyola, 1977.

EM ATO na Catedral da Sé, Dom Pedro Luiz Stringhini diz: “Haverá eleições, e a democracia não vai embora”. **Gazeta Regional**, São Paulo, 18 jun. 2022. Disponível em: <https://www.leiaogazeta.com.br/em-ato-na-catedral-da-se-dom-pedro-luiz-stringhini-diz-havera-eleicoes-e-a-democracia-nao-vai-embora/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FRANCISCO, Papa. **Pacto Educativo Global: Instrumentum Laboris**. 2019. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorce/instrumentum-laboris-pt.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Coleção: Questões da nossa época, v. 23, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 57p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 38. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 46p.

ILHÉU, Taís. Brasil, um dos países mais perigosos do mundo para ativistas ambientais. **Guia do Estudante**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-um-dos-paises-mais-perigosos-do-mundo-para-ativistas-ambientais/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MONTE, Karolina. A morte de Dom Phillips e Bruno Pereira e outras atualidades da semana. **Guia do Estudante**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/a-morte-de-dom-phillips-e-bruno-pereira-e-outras-atualidades-da-semana/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SORGE. Bartolomeo. **Breve curso de Doutrina Social**. São Paulo: Paulinas, 2018.

TIROLI, Luiz Gustavo. **A pedagogia de Enrique Dussel: alteridade como vetor do ensino jurídico libertador**. São Paulo, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://emporiadireito.com.br/leitura/a-pedagogica-de-enrique-dussel-alteridade-como-vetor-do-ensino-juridico-libertador>. Acesso em: 29 jul. 2022.